

ÍNDIOS

MP quer barrar redução de reserva no Pará

Em ação na Justiça, procuradores tentam derrubar portaria de ministro da Justiça

ROLDÃO ARRUDA

O Ministério Público Federal vai entrar com ação judicial pedindo a anulação da portaria do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que reduziu em 307 mil hectares a reserva indígena Baú, no sul do Pará. Os procuradores tomaram a decisão depois que a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público anulou o acordo feito entre os índios caiapós e os fazendeiros da região – que serviu de base para a portaria. Segundo a câmara, a terra indígena

na pertence à União e não se pode dispor dela sem um amplo processo de consulta aos representantes da União.

“O ministro foi açodado”, definiu a procuradora Ela Wiccko, coordenadora da 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão. “Ele deveria ter ouvido a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria da União, mas não ouviu nem sequer a consultoria jurídica do seu ministério. Diante disso, concluímos pela necessidade de tomar providências judiciais para desconstituir a portaria.”

A portaria foi assinada no dia 9. Segundo a procuradora, dias antes o administrador da Fundação Nacional do Índio (Funai) na área da reserva, Megaron Txukarramãe, havia ido a Brasília pedir que a de-

marcação das terras fosse acelerada, porque os índios caiapós estavam sofrendo pressões para assinar o acordo. Quase na mesma época passaram pela capital federal comitivas organizadas por políticos do Pará que apóiam as reivindicações dos fazendeiros.

Abandonados – “Os índios ficaram sem pai nem mãe nesse processo”, disse a procuradora. “Até a coordenação nacional da Funai, em Brasília, que deveria ter protegido o grupo indígena, achou que era melhor assinar o acordo.”

A procuradora destacou ainda que a área da reserva foi estabelecida após um procedimento administrativo que incluiu exaustivos estudos antropológicos, os quais não pode-

riam ter sido ignorados. “Não se pode considerar um acordo sem aptidão nenhuma para desqualificar o estudo dos antropólogos”, afirmou.

Ontem, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou uma nota com depoimentos de Megaron e do cacique da aldeia localizada na reserva Baú, Bep-Y, no qual reafirmam que teriam sofrido pressões. “Fomos ameaçados e preferimos vender para viver em paz”, disse o cacique aos representantes do Cimi.

Pelo acordo entre índios e fazendeiros, estes teriam se com-

prometido a pagar R\$ 120 mil anuais por um período de dez anos à prefeitura de Novo Progresso, onde está localizada a reserva, com a promessa de que o dinheiro seria investido exclu-

sivamente em benefícios para os caiapós. A área negociada corresponde a 17,2% do total da reserva de 1,85 milhão de hectares, na qual vivem 120 índios.

O acordo foi assinado na pre-

sença do procurador da República Nilo Marcelo de Almeida Camargo, que depois o submeteu à Câmara de Coordenação e Revisão, onde foi considerado nulo.

**O
MINISTRO FOI
AÇODADO', DIZ
PROCURADORA**

Documentação

Fonte: OESP Nacional

Data: 17/10/2003 Pg. 410

Class.: X9